

1/2



EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A.

CNPJ: 18.528.267/0001-11

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO DE 2015
Valores monetários expressos em milhares de reais

Senhor Acionista,

A Diretoria da EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A., no cumprimento das disposições legais e estatutárias, submeteu ao exame e deliberação de V.S.s. o Relatório da Administração que destaca as principais ações desenvolvidas pela Empresa, as Demonstrações Contábeis acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, às quais se incorporam ainda o Parecer dos Auditores Independentes, bem como o do Conselho Fiscal, referentes à situação patrimonial e financeira da Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas de forma comparativa com o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

I. GESTÃO EMPRESARIAL

1.1. Gestão de negócios

Em cumprimento ao seu objeto social, a Companhia atua como mandatária do Estado de Minas Gerais em contratos de concessões e parcerias público-privadas, para isso assumindo obrigações relacionadas às contraprestações pecuniárias ou de qualquer outra natureza no âmbito dos referidos contratos. No exercício de 2015, foram pagos como contraprestações aos Parceiros Privados, em nome do Estado de Minas Gerais, o montante de R\$262.435, oriundo de aportes de capital da controladora MGI, no valor de R\$221.692, e recursos próprios de rendimentos de aplicação financeira, no valor de R\$40.743. No exercício de 2014, foram pagos R\$239.808 integralmente com recursos de aportes de capital da MGI.

Pagamentos de Contraprestações			
Parcerias Público-Privadas	2014	2015	Saldo Final
Minas Arena - Gestão de Instalações Esportivas S.A.	136.809	137.521	274.330
Gestores Prisionais Associados S/A GPA	81.658	99.466	181.124
Minas Cidadão Centrais de Atendimento S.A.	21.341	25.448	46.789
Total	239.808	262.435	502.243

A Companhia recebeu de sua controladora, MGI – Minas Gerais Participações S.A., como aumento de capital, no exercício de 2014, 161 imóveis não de uso destinados a venda, no valor de R\$11.649. No exercício de 2015, a EMIP vendeu, por meio de concorrências públicas, 26 destes imóveis, registrados no estoque pelo valor de R\$1.771, arrecadando o montante de R\$1.166. Restam no estoque de imóveis para venda 135 imóveis, totalizando o valor de R\$9.878.

Estoque de Imóveis	Quantidade	Valor
Posição em 31/12/2014	161	11.649
Imóveis vendidos	(26)	(1.771)
Posição em 31/12/2015	135	9.878

I.2. Recursos Humanos

A Companhia utiliza a mão de obra dos empregados de sua controladora, valendo-se de Convênio de Cooperação Técnica firmado entre as partes. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui em seu passivo o montante de R\$101 a pagar à MGI relativo ao compartilhamento de mão de obra, nos termos do convênio firmado.

2. RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

A EMIP auferiu, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, receita operacional líquida de R\$1.061. Esta receita foi proveniente da comercialização de bens imóveis próprios, não de uso. O custo apurado pela Companhia no exercício de 2015 totalizou R\$1.812, composto por: (i) R\$1.771 relativo ao custo de aquisição dos imóveis vendidos; (ii) R\$34 relativo ao custo de avaliação dos imóveis vendidos; (iii) R\$7 relativo ao IPTU dos imóveis vendidos. Desta forma, a EMIP apurou, no exercício de 2015, resultado operacional negativo de R\$751. No exercício de 2014, a Companhia não auferiu receitas e custos operacionais, apresentando, portanto, resultado operacional igual a zero. O resultado operacional negativo observado no exercício de 2015 ocorreu porque alguns imóveis vendidos apresentaram desvalorização em relação ao custo de aquisição.

O resultado financeiro líquido apurado pela Companhia no exercício de 2015 foi de R\$9.445, inferior em 70% ao resultado apurado no exercício de 2014, que foi de R\$31.798. Esta diminuição decorre da redução do montante de recursos aplicados, em razão da execução dos pagamentos de contraprestações das parcerias público-privadas. Com base nos resultados superacionados, a EMIP alcançou no exercício de 2015 lucro líquido de R\$4.867, o que representa uma redução de 76% em relação ao resultado líquido apurado no exercício de 2014, que foi de R\$20.630.

3. AUDITORIA INDEPENDENTE

A Administração cumpre esclarecer que a prestação de serviços por auditores independentes restringe-se exclusivamente à auditoria das demonstrações financeiras, não havendo a prestação de outros serviços.

4. AGRADECIMENTOS

A Administração da EMIP considera cumpridas as principais ações e metas propostas para o exercício de 2015, e agradece o apoio e a orientação recebidos de sua controladora MGI, da Secretaria de Estado de Fazenda, da Advocacia Geral do Estado, dos Conselhos de Administração e Fiscal, bem como destaca a competência e o profissionalismo de seus colaboradores, responsáveis pela consecução dos objetivos atingidos.

Belo Horizonte, 31 de dezembro de 2015.

A Administração.

Balanco Patrimonial - Para exercício findo em 31 de Dezembro - (Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	2015	2014	PASSIVO	Nota	2015	2014
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.004	-	Fornecedores e outras contas a pagar	10	101	48
Títulos e valores mobiliários	5	-	34.404	Salários e encargos sociais	-	17	8
Tributos a recuperar	7	1.363	1.564	Tributos a recolher	-	73	277
Imóveis Para Venda	9	9.878	11.649	JSCP e Dividendos a pagar	11-d	1156	4.900
Outras contas	-	20	-	Obrigações por repasse	-	686	18
Total do Ativo Circulante		12.265	47.617	Total do Passivo Circulante		2.033	5.251
Contas a receber de clientes	6	40.743	-	Patrimônio líquido			
Imobilizado	-	2	-	Capital social	11-a	45.624	26.025
Total do Ativo Não Circulante		40.745	-	Reserva de lucros	11	5.353	16.341
TOTAL DO ATIVO		53.010	47.617	Total do Patrimônio Líquido		50.977	42.366
				TOTAL DO PASSIVO		53.010	47.617

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Para exercício findo em 31 de Dezembro - (Em milhares de Reais)

Notas	Capital social	Reservas de lucros		Lucros Acumulados	Total
		Legal	Retenção de Lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2013	2.758	611	8.713	-	12.082
Resultados abrangentes do exercício	-	-	-	20.630	20.630
Resultado do exercício	-	-	-	20.630	20.630
Transações com acionistas e constituição de reservas					
Integralização de capital	11.763	-	-	-	11.763
Reversão de dividendos a pagar exercício anterior	2.904	-	-	-	2.904
Aumento de capital com retenção de lucros	8.713	-	(8.713)	-	-
Redução de capital	(123.589)	-	-	-	(123.589)
Reclassificação para Obrigação por Repasse - PPP	123.476	-	-	-	123.476
Reserva legal	-	1.031	-	(1.031)	-
Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos	-	-	-	(4.900)	(4.900)
Retenção de lucros	-	-	14.699	(14.699)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	26.025	1.642	14.699	-	42.366
Resultados abrangentes do exercício					
Resultado do exercício	11-b	-	-	4.867	4.867
Transações com acionistas e constituição de reservas					
Integralização de capital	11-a	95.000	-	-	95.000
Reversão de dividendos a pagar exercício anterior	-	4.900	-	-	4.900
Aumento de capital com retenção de lucros	-	14.699	(14.699)	-	-
Capital a Integralizar	-	(40.540)	-	-	(40.540)
Constituição de reserva legal	11-b	-	243	(243)	-
Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos	11-d	-	-	(1.156)	(1.156)
Retenção de lucros	11-c	-	-	3.468	(3.468)
Reclassificação para Obrigação por Repasse - PPP	11-a	(54.460)	-	-	(54.460)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	11-a	45.624	1.885	3.468	50.977

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - (Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

Em 2003, inspirado em experiências internacionais, o Governo de Minas estabeleceu o Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas (PPP), com o objetivo de atrair investimentos privados em infraestrutura, por meio de relações contratuais de longo prazo. Para tanto, havia a necessidade de estabelecer mecanismos eficientes de regulação dos contratos.

Os primeiros parâmetros legais direcionados à regulação dos contratos de PPP no País foram aprovados em Minas Gerais em dezembro de 2003, por meio da Lei Estadual nº 14.868/03. Segundo esta lei, cabe ao ente privado contribuir com recursos financeiros, materiais e humanos sendo remunerado segundo o desempenho obtido nas atividades contratadas. Além de criar o Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas, a importância desta lei está na criação do ambiente institucional para a modelagem e implantação de contratos de PPP, uma vez que instituiu o Conselho Gestor de PPP e a Unidade de PPP como unidades integrantes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico.

Após a consolidação institucional e o desenvolvimento dos estudos de modelagem de projetos específicos, o Estado de Minas Gerais, visando o aperfeiçoamento do Programa Estadual de PPP's e o aprimoramento do mecanismo de mobilização de recursos para o pagamento das contraprestações e oferecimento de garantias, O Estado, em 2011, por meio da Lei Estadual nº 19.968 de 26/12/2011, autoriza a MGI - Minas Gerais Participações S.A., pessoa jurídica de direito privado, organizada sob a forma de sociedade anônima, de capital aberto, controlada pelo Estado de Minas Gerais ("EMG"), vinculada à Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais ("SEF"), a constituir subsidiária, em conformidade com a Assembléia Geral Extraordinária realizada em 08 de julho de 2013, com a finalidade de realizar operações estruturadas de mercado relacionadas com seus ativos.

Portanto, neste contexto, em 16 de julho de 2013, foi lavrada no cartório do décimo ofício de notas de Belo Horizonte, Livro 952 N, folha 1, a escritura pública de constituição de subsidiária integral da MGI, denominada EMIP - Empresa Mineira de Parcerias S.A. ("Companhia"), pessoa jurídica de direito privado, organizada sob a forma de sociedade anônima, de capital fechado, que possui como principais objetivos, conforme art. 3º do seu Estatuto Social: (a) titular, administrar e explorar os ativos integrantes de seu patrimônio, (b) estruturar e implementar operações com vistas à captação de recursos financeiros, (c) assumir obrigações e ser mandatária do Estado em relação às Parcerias Público-Privadas (PPP), (d) elaborar estudos técnicos com vistas às concessões e parcerias público-privadas, (e) auxiliar no desenvolvimento de projetos de infraestrutura podendo assumir obrigações, (f) prestar garantias, (g) celebrar contratos ou convênios de cooperação técnica com a administração direta e/ou terceiros, (h) participar ou constituir fundos, sociedades, consórcios e outras formas de investimentos ou empreendimentos voltados para o Estado e a qualquer tempo poderá receber ativos para a realização do seu objeto.

2 Base de Preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com os Pronunciamentos Contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 28 de abril de 2016.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, como base de valor.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da EMIP. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com o BR GAAP exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo serão aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios subsequentes dessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que ocorreram. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a EMIP se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro não é reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: contas a receber de clientes e outros créditos e títulos e valores mobiliários.

Títulos e valores mobiliários

Títulos e valores mobiliários abrangem saldos de aplicações financeiras de renda fixa com rentabilidade diária e sem carência

Demonstrações de resultados
Para exercício findo em 31 de Dezembro
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2015	2014
Receita	12	1.061	-
Custo dos produtos vendidos	13	(1.812)	-
Lucro bruto		(751)	-
Despesas administrativas	13	(1.356)	(550)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(2.107)	(550)
Receitas financeiras	14	9.501	31.798
Despesas financeiras	14	(56)	-
Receitas financeiras, líquidas		9.445	31.798
Resultado antes dos impostos		7.338	31.248
Impostos de renda	8	(1.811)	(7.801)
Contribuição social	8	(660)	(2.817)
		(2.471)	(10.618)
Resultado do exercício	11-d	4.867	20.630
Resultado p/ lote de mil ações (básico e diluído em R\$)		10	43

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes
Para exercício findo em 31 de Dezembro
(Em milhares de Reais)

	Nota	2015	2014
Resultado do exercício	10-d	4.867	20.630
Resultados abrangentes do exercício		4.867	20.630

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

para resgate, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na quitação das obrigações de curto prazo. (Veja nota 5).

Ativos mantidos para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuíveis. Após reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de conversão de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado, (veja nota 9).

ii. Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Um passivo financeiro é baixado quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou liquidada. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: impostos a pagar, dividendos a pagar e obrigações por repasse. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

iii. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios foram creditados durante o exercício de competência.

b. Redução ao valor recuperável (impairment)

i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido sob condições que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e reconhecida no resultado.

c. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e quando uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

d. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem rendimentos de aplicações em fundos de investimentos. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos, deduzidos do PIS e COFINS não cumulativos incidentes sobre as receitas financeiras.

As despesas financeiras abrangem de encargos financeiros e impostos incidentes sobre passivos e despesas bancárias diversas.

e. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social corrente é reconhecida no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

f. Novas normas e interpretações ainda não adotadas.

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia, não planeja adotar estas normas de forma antecipadas.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, inclui um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a comercialização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com a adoção antecipada permitida.

Demonstrações dos fluxos de Caixa
Para exercício findo em 31 de Dezembro
(Em milhares de Reais)

	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais	4.867	20.630
Resultado do Exercício		
(Aumento)/Diminuição de títulos e valores mobiliários	201.636	(18.707)
(Aumento)/Diminuição de tributos a recuperar	201	(1.134)
(Aumento)/Diminuição de outros créditos	1.771	-
(Aumento)/Diminuição de outros créditos	-	-
(Aumento)/Diminuição de fornecedores	53	48
Fluxo de caixa (utilizados nas) proveniente das atividades operacionais	(53.454)	-
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições imobilizado/intangível	(2)	-
Fluxo de caixa (utilizados nas) proveniente das atividades de investimentos	(2)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento Capital Social	54.460	-
Fluxo de caixa (utilizados nas) proveniente das atividades de financiamento	54.460	-
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	1.004	-
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	1.004	-
Caixa e equivalentes de caixa em 1 de janeiro	-	-
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	1.004	-